



A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo foi recebida no dia 16 de outubro pelos vários grupos parlamentares num esforço de sensibilização para as suas pretensões antes da discussão em plenário da petição contra o atual mapa judiciário.

Maria do Céu Albuquerque, presidente da CIMT, disse à agência Lusa que as audiências agendadas para quinta-feira (à exceção do CDS-PP, com cujos deputados a delegação da comunidade se reuniu a semana passada) visam explicar o teor da petição que recolheu mais de 5.000 assinaturas e que será discutida em plenário em data ainda não marcada.

"A par da desqualificação, seja pelo encerramento de tribunais em Mação e em Ferreira do Zêzere seja pela passagem a secção de proximidade em Alcanena ou ainda pelo desmantelamento do círculo judicial de Abrantes, há ainda o facto de estarmos num distrito com a área que tem e a população que serve", disse a também presidente da Câmara Municipal de Abrantes.

Para a CIMT, é incompreensível que, a exemplo do que aconteceu nos distritos de Faro e de Braga, não tenha havido um desdobramento das grandes instâncias cíveis e criminais, na

Lezíria e no Médio Tejo, ao invés da concentração na grande comarca de Santarém.

Céu Albuquerque referiu que, com uma população sensivelmente igual à do distrito de Faro, o distrito de Santarém tem uma área substancialmente superior às dos dois distritos em que foram permitidos os desdobramentos.

"Queremos sensibilizar os deputados para a necessidade de discussão efetiva desta questão e no sentido de que os grupos parlamentares tomem iniciativas que contrariem a situação grave e desigual que foi criada no Médio Tejo", declarou.

A petição que contesta o novo mapa judiciário foi entregue no parlamento no passado dia 23 de setembro. Além da discussão em plenário, a petição terá que ser apreciada na Comissão de Justiça e ser elaborado um relatório final no prazo de 60 dias.

*Fonte:*

<http://www.noticiasaminuto.com/pais/290738/medio-tejo-reune-se-com-grupos-parlamentares>



